

Análise de fluxos e produtividade escolar

José L. C. Verdasca

Universidade de Évora

*Revista Portuguesa de Investigação Educacional. Universidade
Católica Portuguesa, nº 4, 2005, 111-122*

(...)

O conceito de produtividade é definido genericamente como uma relação entre os bens produzidos e os factores utilizados na sua produção, designadamente, tempo, trabalho, matérias-primas, e significando a quantidade de produto, enquanto resultado do processo de produção, que é gerada por uma unidade de factor produtivo, isto é, a relação entre o que se obtém por unidade económica (factor, organização, região, país) e os recursos que essa produção consumiu (Capul e Garnier, 1996, p. 363).

Enquanto relação entre duas grandezas expressas em unidades físicas, volume de produção e volume de um dado factor de produção, o quociente apurado reportado a um determinado período de tempo indica uma medida de produtividade factorial e não as causas que levaram a esse resultado ou tão pouco a indicação em si mesma como causa desse resultado (Gago *et al.*, 2003). Com efeito, a produtividade, enquanto medida, “não nos elucida quanto às causas que conduzem a este ou àquele resultado” (*ibid.*, p. 20) e muito menos “é ela, em si mesma, a causa desse resultado” (*ibid.*, p. 19). Apesar disso, a medida da produtividade afigura-se como um instrumento de gestão, no sentido de que ao fazer evidenciar um determinado resultado se torna necessário proceder à sua análise e ponderação e tirar dele as devidas consequências.

A produtividade é, assim, um conceito que tem algo de intuitivo, dado que a lógica que está subjacente à gestão de qualquer tipo de sistema é, em princípio, a da optimização da eficiência, o que se traduz parcialmente numa melhoria da produtividade.

Segundo Sousa, “(...) melhorar a produtividade é colher benefícios sem incorrer em custos (...) é combinar de uma forma tal os recursos envolvidos que daí resulte um aumento do *output* resultante sem acréscimo de *inputs*. Afinal produtividade é o grau de eficiência na utilização de recursos” (1990, p. 167). A sua natureza algo intuitiva, decorre do elevado grau de subjectividade a que as variáveis utilizadas na mensuração da produtividade estão sujeitas, pelo menos no respeitante à fixação de pressupostos, pelo que, tais dificuldades de mensuração acabam por estar intimamente relacionadas com as próprias características sistémicas das organizações, pois nestas, todas as partes são co-produtoras do todo e, de tal modo, que quando se pretende isolar

relações do tipo causa-efeito, temos de pressupor tudo o resto inalterável, mesmo que isso efectivamente não aconteça. Citando Sousa,

“É assim que uma medida de produtividade global (...), não tentando essa partição entre factores parece sempre atractiva, e é nessa medida que é habitual ouvir-se dizer, pragmaticamente, que o lucro é a melhor medida de produtividade. Porém, (...) o lucro resulta não só da combinação de *inputs* para produzir dado nível de *output*, mas, e tantas vezes essencialmente, do preço a que são adquiridos nos diversos mercados esses *inputs* e do preço a que é colocado no mercado o *output*. E este depende da interacção dinâmica entre a empresa e a sua envolvente transaccional. Estamos, pois, já longe, daquilo que pretendíamos medir e que era a eficiência na combinação de recursos, afectando-a de uma série de considerações que são exteriores ao sistema produtivo da empresa [e em que] a situação é ainda mais complexa quando se pretende medir a produtividade dos factores individualizadamente, pois estes interagem dinamicamente” (*ibid.*, p. 167).

No caso específico da aplicação do conceito de produtividade à escola, Gómez Dacal (1992) sustenta que a relação resultados/tempo é, de todas as restantes relações, a de mais fácil aplicação. Na verdade, a utilização desta relação como indicador de produtividade escolar, parece levantar menos problemas metodológicos, já que grandezas como o custo ou o benefício não são facilmente mensuráveis, quer pelas evidentes dificuldades inerentes à operacionalização dos próprios conceitos, quer por questões de horizontalidade temporal, quer ainda porque ao longo do processo formativo e educativo do aluno estão envolvidos factores internos à própria escola, mas também factores externos, ou pelo menos, factores que escapam de alguma forma ao seu controlo. E esta não é uma questão de somenos importância, tanto mais que correspondem a um tipo de recursos que a investigação tem considerado como extremamente influentes nas prestações escolares dos alunos e que a escola não pode, em última análise, planificar, coordenar e controlar.